



A INFLUÊNCIA DA CHINA E DOS ESTADOS UNIDOS NO SETOR PETROLÍFERO VENEZUELANO¹

Claudia Carolina Lemos Silva²
claudia_c_lemos@hotmail.com

RESUMO

A Venezuela é um país rico em recursos naturais, detentor de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, estimada em mais de 300 bilhões de barris. Em 2014, porém, se observou uma queda significativa no preço internacional das commodities, em conjunto com uma queda na produção do petróleo venezuelano, gerando impacto negativo na sua economia. Este artigo buscou investigar se houve influência da China e dos EUA na exploração do setor petrolífero venezuelano, tendo como hipótese de que o interesse econômico chinês e estadunidense neste setor impacta negativamente a estabilidade política e econômica da Venezuela. A pesquisa foi conduzida mediante revisão da literatura da área, artigos científicos e técnica bibliográfica documental em publicações de entidades especializadas, contextualizando teoricamente a discussão no debate entre o realismo clássico e o realismo neoclássico. Concluiu-se que é importante o restabelecimento do setor privado, dado o fato de o maior produto comercial venezuelano representar 95% das suas receitas advindas da exportação.

Palavras-chave: Crise venezuelana; Petróleo; China; Estados Unidos; Política externa.

ABSTRACT

Venezuela is a country rich in natural resources who beholds the largest oil reserve in the world, estimated of 300 billion barrels. In 2014, with the fall of the international commodities prices allied to the slowdown of Venezuelan' oil production, Venezuela felt hard in its economy. This paper aims to investigate if there was China's or USA's influence on the Venezuelan oil production. Our hypothesis is that China and the USA produces negative impact on Venezuelan economy and political stability. The research was conducted by bibliographical review, theoretically contextualizing the discussion in the debate between realism and neoclassical realism. We conclude that it is prior to the Venezuelan oil sector to be reestablished, given that 95% of the exports come from this product.

Key-words: Venezuelan crisis; Oil; China; USA; Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

Rica em recursos naturais, a República Bolivariana da Venezuela possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo, estimada em mais de 300 bilhões de barris. O mesmo país ainda possui reservas de gás natural que somavam, no ano de 2016, 5,8

¹ Este artigo corresponde à pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora.

² Graduanda em Relações Internacionais na Estácio Recife.



trilhões de metros cúbicos. De acordo com Delgado et al. (2017), naquele período o PIB venezuelano atingiu mais de US\$ 287 bilhões, sendo o quarto da América Latina, e estima-se que 25% são representados pelo setor de petróleo e gás.

Em 2014 ocorreu a queda no preço internacional do petróleo. Em parte, devido à recusa de Irã e Arábia Saudita em assinar um compromisso para reduzir a produção mundial, mas também influenciada pela desaceleração da economia chinesa. Ao final de 2015, as reservas provadas³ de petróleo da Venezuela somavam mais de 300 bilhões de barris, mas os custos para a produção de cada barril eram elevados, colocando o país atrás da Inglaterra, Brasil e Nigéria em termos de custo de extração (DELGADO et al., 2017). Além de receber menos dinheiro por seu principal produto, a Venezuela também teve uma queda significativa na sua produção, impactando negativamente sua balança de pagamentos.

No contexto internacional, o então presidente Nicolás Maduro, tem o apoio de países como a Rússia, o Irã e a China, tendo este país investido mais de 52 bilhões de dólares entre os anos de 2005 e 2016 (DELGADO et al., 2017). O posicionamento da China, do Irã e da Rússia, como intermediários na venda do petróleo venezuelano pelo mundo, principalmente as refinarias americanas, contrariou os interesses norte-americanos. A Venezuela passou, então, a receber sanções dos Estados Unidos, dando início também a uma crise geopolítica.

Este artigo visa averiguar se a China e os Estados Unidos influenciaram a exploração do setor petrolífero venezuelano, com a hipótese de que o interesse econômico chinês e estadunidense neste setor impacta negativamente a estabilidade política e econômica da Venezuela. Para tanto, partir-se-á de revisão de literatura da área, artigos científicos e técnica bibliográfica documental em publicações de entidades especializadas e centrar-se-á o argumento e teste da hipótese a partir da análise da evolução das importações e exportações para os Estados Unidos e China.

Em princípio, como contextualização teórica do fenômeno estudado, será apresentada uma discussão sobre o diferencial entre o realismo clássico e o realismo neoclássico, que exercem influência sobre as relações internacionais entre os Estados. Em seguida, será traçado um perfil histórico da Venezuela e suas riquezas naturais, e como o petróleo se tornou a sua maior fonte comercial. Mais adiante, serão abordadas as influências externas que favoreceram a exploração, produção e comercialização do petróleo ao longo da história venezuelana e o que levou ao seu declínio. As considerações finais encerram este trabalho.

1 DO REALISMO CLÁSSICO AO REALISMO NEOCLÁSSICO

No campo das relações internacionais, no que tange à proposição teórica, o realismo pode ser destacado nos períodos pré e pós-Morgenthau, expoente do realismo tradicional, sendo a obra deste de suma importância para corroborar a perspectiva realista (DALL'AGNOL, 2015). Em sua obra, Morgenthau definiu as premissas básicas acerca do realismo tradicional, como explica Reis (2012, s/p):

³ São aquelas que, com base na análise de dados geológicos e de engenharia, se estima recuperar comercialmente de reservatórios descobertos e avaliados, com elevado grau de certeza, e cuja estimativa considere as condições econômicas vigentes, os métodos operacionais usualmente viáveis e os regulamentos instituídos pelas legislações petrolífera e tributária brasileiras. (ANP, 2019)



a) o Estado é unitário, ou seja, é a base de análise da nação sendo a única voz dessa região no sistema internacional; b) os Estados são os principais atores no sistema internacional; c) os Estados são racionais, agem com base nos seus próprios interesses, a fim de maximizar seus benefícios; e, d) o interesse nacional dos Estados tem como base garantir a sobrevivência e a integridade territorial no sistema internacional, assim necessitam focar na segurança dos mesmos.

Como observa Schweller (2003) apud Dall'Agnol (2015, p. 33) o realismo de Morgenthau, entendido enquanto o realismo clássico, tem como foco a distribuição relativa da capacidade entre os Estados e as alianças específicas, ao invés de se ater à distribuição sistêmica de sua capacidade ou em sua polaridade.

A abordagem realizada por Kenneth Waltz, chamada de neorrealista ou realismo estrutural, é frequentemente entendida como uma releitura da perspectiva realista clássica, na qual o enfoque do sistema internacional permanece sendo o Estado, enquanto ator racional e unitário, em que são desenvolvidas leis sobre as relações internacionais, alcançando-se o entendimento do caráter peculiar e estrutural do sistema internacional (DALL'AGNOL, 2015).

Como apresenta Laraburu (2014), podemos diferenciar o realismo clássico do neorrealismo a partir do entendimento de que o primeiro advoga a tese da sobrevivência e autoajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado, conservação do seu poder e a preservação da ordem pela subserviência de sua população, tendo a segurança comum como seus principais pressupostos; enquanto o segundo tem como principal variável a sobrevivência (o poder é um instrumento, um meio) e o Sistema de Estados é definido como um conjunto de unidades em interação, criando uma estrutura.

Uma terceira vertente, chamada de realismo neoclássico, pode ser entendida como uma combinação da versão clássica do realismo com o neorrealismo, tendo como principal acréscimo o fato de poder ser utilizada para a compreensão das decisões de política externa. Tal perspectiva incorpora as variáveis sistêmicas, em que os realistas neoclássicos advogam as ideias do realismo tradicional, com considerações relativas à segurança tomadas como umas das principais pressões sistêmicas que modificam o comportamento dos Estados, especialmente no que tange às crises internacionais, bem como unitárias, na qual, durante o processo decisório, as pressões sistêmicas são filtradas por variáveis domésticas (LARABURU, 2014).

Como observado em Joaquim (2012), há séculos se tem tratado a realidade política, a saber, a sociedade politicamente organizada, ordenando as suas relações sociais com base em poder e moral, buscando alterá-la para aquilo que ela deve ser. Na construção dessas concepções, a tensão entre os elementos poder e moral é constante. No mesmo sentido, se dá a tensão entre as esferas políticas, a doméstica (ou interna) e a internacional (ou externa).

Neste sentido, ultrapassar o entendimento de vida boa da esfera doméstica para a internacional sempre foi visto com grande dificuldade, levando a última a ser ignorada. Uma vez que a ordem introduzia internamente não encontra contrapartida externa, o espaço internacional se torna inseguro, um espaço de risco, cujo contrato social não foi consagrado (JOAQUIM, 2012). Ainda segundo Joaquim (2012, p. 3):



É neste espaço de insegurança que vivem os estados, as várias concepções de vida boa, que assim se vê ameaçada e suplantada pela necessidade primária de sobrevivência. A tensão entre concepções de política interna e internacional advém, assim, do grande dilema criado entre a manutenção da virtude doméstica e a defesa das ameaças externas.

De modo geral, as teorias de política externa analisam aquilo que os Estados tentam conseguir externamente e quando eles irão agir para conseguir este intento. Neste sentido, a abordagem realista neoclássica entende que a política externa é guiada por fatores externos e internos, sendo este acompanhado das análises das condições específicas em que o mesmo pode ser relevado.

Como advoga Rose (1998), o realismo neoclássico analisa as duas dimensões, se propondo a atualizar e sistematizar as percepções que são encontradas no realismo clássico. Para o autor, a política externa de um país é guiada, primeiramente, por sua colocação no sistema internacional, em especial por sua capacidade de relativo poder material, que determina os parâmetros da sua política externa. De modo a sustentar a análise de uma política externa, os aderentes ao realismo neoclássico buscam dados em estudos de caso que relatam como as grandes potências têm dado respostas ao aumento ou declínio do poder relativo material. Para Rose (1998), apenas quando das decisões por sobrevivência a distribuição internacional de poder poderá guiar as atitudes e comportamentos dos países. Tais decisões são tomadas pelos estadistas, embora seja da competência dos analistas de política externa analisar os detalhes de como estes tomadores de decisão interpretam determinada situação em diferentes países.

Como observou Joaquim (2012), a ideia central de estudiosos como Morgenthau é que as relações internacionais têm como foco o poder, o interesse e a força dos Estados. Estes atuam de forma racional, utilitária e autônoma, com seus próprios interesses, dentro de um sistema de Estados soberanos. Para o realismo neoclássico, uma população densa, com um território vasto e bem posicionado estrategicamente, tem grande relevância para consolidação do poder, em seu sentido amplo. A referida abordagem será útil ao caso estudado em virtude de se atentar aos interesses das grandes potências em relação ao petróleo Venezuelano.

2 A VENEZUELA E SUA MAIOR FONTE COMERCIAL

Uma das maiores fontes energéticas do mundo é o petróleo, tendo se tornado o produto, por vezes, mais negociado entre nações e empresas, saindo, inclusive, do plano econômico para o plano político, gerando grandes conflitos internacionais (ARÊAS, 2008). O petróleo é um produto cuja disputa pode, por um lado, gerar riquezas, trazer divisas para os países, mas, por outro lado, pode se tornar um grande gerador de problemas, com consequências drásticas, seja financeira, política, até mesmo se desdobrando em conflitos nocivos entre as nações. Em alguns países, o petróleo, chamado de ouro negro, se tornou a principal fonte de renda, como é o caso da República Bolivariana da Venezuela.

Até meados dos anos de 1920, a Venezuela tinha como principal economia a agricultura de subsistência, sendo o café e o cacau os seus principais produtos de



exportação. A partir daí, o país passou a desenvolver a extração e exportação do petróleo, passando em 1948 a ter 95% de sua exportação baseada nesse produto (GUIMARÃES, 2015). Isto tornou a Venezuela completamente dependente do petróleo, desenvolvendo os seus demais produtos apenas nos períodos de estabilidade ou elevação nesse setor. O petróleo venezuelano se tornou a principal ferramenta no que tange ao setor externo da economia daquele país.

Em 1928 a Venezuela já figurava como o segundo maior produtor de petróleo do mundo, aumentando a sua arrecadação fiscal, fortalecendo o Estado (ARÊAS, 2008). A Venezuela sempre foi objeto de cobiça de outros países, em função da riqueza de suas jazidas petrolíferas, uma das maiores do mundo, sendo sua maior fonte energética, de grande importância para a sua economia. Dessa forma, a importância política do petróleo para o governo venezuelano pode ser observada quando se analisa a história da criação da Companhia Estadual, a Petróleos de Venezuela (PDVSA) (ARÊAS, 2008).

A descoberta do petróleo na Venezuela se deu no início do século XX e até a década de 1970 as suas reservas eram controladas por mãos estrangeiras, por meio das concessões firmadas entre os países. Por meio delas, diversas empresas internacionais passaram a ter o direito de exploração das jazidas venezuelanas, como observado em Arêas (2008). Isto se dava sob a fiscalização por parte do Estado, entretanto, muitas das suas atribuições foram relegadas a segundo plano, abrindo espaço para que as empresas concessionárias dominassem as atividades de exploração, de forma independente, passando a ter o controle no que tange à regulação do preço do petróleo. Isto levou o país a uma situação de pobreza e fragilidade econômica, tecnológica e política até meados de 1976, quando então se deu o fim das concessões e o Estado retomou o domínio sobre as atividades petrolíferas.

A Venezuela, então, nacionalizou o seu principal produto, a partir da criação da Petróleos de Venezuela (PDVSA), sua indústria petroleira, com base no decreto lei de 30/08/1975. A partir daí, a Venezuela passou a operar com o petróleo, extraíndo-o, refinando-o, comercializando-o e transportando-o. Deu-se, assim, o processo de crescimento econômico do país, tornando a Venezuela um destaque entre os países da América Latina, no que tange a sua renda per capita, como observado em Guimarães (2015).

O país passou a quadruplicar o seu lucro com a venda do chamado ouro negro, quando se tornou membro fundador da Organização de Países Exploradores de Petróleos (Opep). Entretanto, este lucro elevado não contribuiu para o crescimento do país, em função das políticas adotadas pelo então presidente, Rafael Caldera, que levou a Venezuela à desaceleração econômica, com a adoção de políticas econômicas pouco eficientes, que provocaram a privatização da renda, culminando com grandes dificuldades financeiras até as décadas posteriores, quando da entrada do seu sucessor no poder (GUIMARÃES, 2015).

De acordo com Delgado (2017), a maior produção da história do petróleo venezuelano se deu nos anos de 1998-99. No ano de 1999, assumiu a presidência da Venezuela o Tenente-Coronel Hugo Chávez, que tinha o apoio da população, já cansada das grandes perdas decorrentes da queda do preço do petróleo. Nesse período, o país chegou a produzir 3,5 milhões de barris por dia, como ilustra o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1- Reservas de óleo x produção 1980-2015



Fonte: BP World Energy (2015 apud DELGADO, 2017)

Entretanto, novamente por ação equivocada do Estado, que deu plena autonomia à PDVSA, criou-se um poder paralelo dentro do próprio estado, desconsiderando leis, decretos e normas que regiam a exploração petrolífera naquele país.

O governo chavista, contudo, agiu de forma mais firme que os seus antecessores, fazendo prevalecer a vontade política, retomando, assim, o controle da PDVSA, abrindo espaço para avanços sociais no país, a partir das políticas de centralização dos recursos gerados pela atividade petrolífera, chegando a reduzir a pobreza naquele período.

É importante observar que as maiores entradas (divisas advindas do comércio internacional do petróleo) “petroleiras nominais da história da indústria do hidrocarboneto venezuelano” se deram durante a gestão chavista (ARÊAS, 2008, p. 11). Chávez conseguiu melhorar todos os indicadores socioeconômicos, promovendo o aumento significativo do ingresso fiscal do petróleo, firmando-o como principal instrumento de política externa do seu governo, além de o país ter firmado muitos tratados em matéria energética, como observado em Arêas (2008). A estabilidade econômica e o aumento internacional do petróleo foram medidas que firmaram Hugo Chávez no poder.

Apesar do lucro gerado, o sucesso da atividade petrolífera durante o governo Chávez se deu apenas em curto prazo, visto que as suas medidas levaram à insatisfação com a sua gestão, culminando numa fracassada tentativa de golpe para removê-lo do poder. Os anos de 2002 e 2003 foram marcados por uma série de problemas, advindos dessa tentativa de golpe de estado, bem como da greve dos funcionários da PDVSA, o que gerou alto custo para o país, promovendo a fuga de capitais, aumento da inflação, desvalorização da moeda e desemprego. Tudo isto fez com que o PIB caísse e a dívida pública, interna e externa, aumentasse, levando à queda dos índices socioeconômicos, de acordo com Barros (2006 apud ARÊAS, 2008).

Chávez tomou medidas drásticas, demitindo cerca de 18 mil funcionários da PDVSA, porém, tais medidas ficaram marcadas por sua ingerência governista, no que tange à administração da estatal do petróleo (ARÊAS, 2008). Apesar disso, Chávez



conseguiu, pouco tempo depois, que a empresa voltasse ao nível de produção do ano anterior e os anos posteriores foram marcados pela melhoria dos índices socioeconômicos e aprofundamento das mudanças estruturais no governo. Entretanto, como afirma Arêas (2008), já para o fim do governo chavista, medidas, como a minimização dos investimentos em infraestrutura e maximização do controle dos campos de petróleo fizeram com que a produção caísse, justamente no momento em que se via desamparada da tecnologia das empresas estrangeiras. O seu sucessor, Nicolás Maduro, que assumiu a presidência venezuelana em 14 de abril de 2013, também tomou ações equivocadas, consolidando a má gestão na administração de um produto tão vital para a economia do país.

A partir de 2014, findada a era chavista e iniciada a era Maduro, o preço do petróleo começou o seu declínio. Conforme Schuster (2018), a economia venezuelana entrou numa seara de problemas em virtude da sua dependência da atividade petrolífera e da falta de diversificação dos produtos. Dados de 2015 da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), de acordo com Schuster (2018), revelaram que a Venezuela possui as maiores reservas de petróleo bruto do mundo, chegando a ficar à frente da Arábia Saudita (300 milhões e 266 milhões de barris, respectivamente) e do Irã e Iraque (com cerca de 158 milhões e 142 milhões de barris, respectivamente). Porém, se observa que com a concentração da economia voltada a uma única atividade, quando esta entra em declínio, faz com que o PIB também apresente quedas. Em 2015, por exemplo, o preço do barril de petróleo caiu pela metade, encolhendo o PIB venezuelano para 10%.

Como observado em Schuster (2018), o governo venezuelano está envolto em grandes dívidas com os países investidores, como a Rússia e a China, que muitas vezes se recusam a liberar suas embarcações com petróleo venezuelano. Em novembro de 2017, a PDVSA perdeu o prazo de pagamento de três dos seus títulos de dívidas, aumentando ainda mais a preocupação dos seus investidores. A Venezuela não só passou a receber menos aporte financeiro advindo do seu principal produto, como também se viu diante de uma queda bastante significativa na produção deste. Quando Chávez assumiu pela primeira vez a presidência venezuelana, a produção era de mais de 3 milhões de barris por dia. Como observado em Corazza e Mesquita (2019), até meados de 2018, dados da Opep afirmavam que produção era de cerca de 1,5 milhão, considerada o pior nível em 33 anos. A PDVSA deixou de investir em infraestrutura, sofre com má gestão e alto grau de corrupção (SCHUSTER, 2018).

Além disso, com a impossibilidade de extrair mais petróleo e enviá-lo de forma mais rápida, a estatal observa raras chances de ampliar o seu fluxo de caixa, o que, consequentemente, eleva a probabilidade de uma crise soberana da dívida.

3 AS INFLUÊNCIAS EXTERNAS QUE FAVORECERAM A EXPLORAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PETRÓLEO VENEZUELANO, BEM COMO LEVARAM AO SEU DECLÍNIO

Em meados de 2006, com vistas à aproximação da Rússia com a América Latina, Moscou buscou investir na Venezuela, que passou a receber insumos financeiros em troca de ativos de petróleo, criando uma proximidade entre as estatais PDVSA e a Rosneft. Foram bilhões de empréstimo em linhas de crédito naquele período e muitos



projetos e parcerias firmados. Além dos russos, os chineses também firmaram acordos visando o fornecimento do petróleo venezuelano, bem como os produtos acabados produzidos localmente (DELGADO, 2017).

No que diz respeito à China, com base numa estratégia de internacionalização, as empresas desse país passaram a estreitar as relações bilaterais e o acesso aos recursos energéticos vitais. Além de importar o petróleo venezuelano, a China mantinha relações de apoio ao governo chavista daquela época. Como medida para a exploração mais eficaz das reservas do óleo pesado, Chávez criou incentivos para que petroleiras estrangeiras, como a ExxonMobil, BP, Chevron, Total, ConocoPhillips, atuassem no mercado do petróleo venezuelano, mais especificamente no desenvolvimento das reservas, e muitas delas investiram bilhões de dólares em tecnologias e infraestrutura, de modo a converter o óleo pesado em riqueza.

A ascensão do preço do petróleo se deu, então, em 2007, conforme observou Delgado (2017). Dando-se conta do retorno dos investimentos realizados por essas investidoras, o governo passou a exigir mudanças nos acordos até então firmados, passando o controle quase que totalmente para a PDVSA em relação aos projetos implementados (DELGADO, 2017).

Apesar de estes investimentos terem levado ao crescimento da produção e comercialização do petróleo venezuelano, os anos seguintes foram marcados por acentuada queda na produção petrolífera, o que se atribui à demissão em massa dos funcionários da PDVSA, além da saída de grandes petroleiras, posto que estes fatos reduziram a expertise necessária à exploração do óleo pesado, que predomina naquele país. Outro fator, conforme Delgado (2017), se deve a pouca experiência dos funcionários trazidos pelo governo e a má utilização das receitas, que dariam continuidade ao desenvolvimento da indústria do petróleo.

Após a morte do Hugo Chávez e a assunção da presidência por Nicolás Maduro, novo período de queda foi observado, chegando a atingir um patamar de 20% a menos do que no período chavista. Em 2015, quase toda a produção do óleo venezuelano (cerca de 38%) seguia para os EUA, fazendo com que o país ficasse em posição vulnerável e com “restritas margens de manobra em relação a este parceiro comercial, conotando alta vulnerabilidade” (DELGADO, 2017, p. 09).

Outros fatores são apontados também como responsáveis pela queda no preço do petróleo venezuelano, tais como a suspensão do Congresso norteamericano da interdição de exportação do petróleo produzido nos EUA, bem como a suspensão das sanções internacionais impostas ao Irã, que passou a dobrar a sua produção. Além desses fatores, é inegável a influência das estratégias comerciais predadoras da Arábia Saudita, que é o maior exportador de petróleo do mundo (PIMENTAL; YOKOTA; RIBEIRO, 2016).

A matéria-prima fundamental para a economia da Venezuela é o petróleo, especialmente porque se trata da sua maior fonte de receitas em exportações. A sua queda contribuiu bastante para gerar a instabilidade não apenas na economia, mas teve grande influência no cenário político do país. Como observou Barros (2008 apud PIMENTAL; YOKOTA; RIBEIRO, 2016, p. 4):

[...] a queda acentuada do preço internacional do petróleo no início de 2015 complicou muito a situação da economia, que já estava tensionada pelas dificuldades em manter o modelo



chavista de distribuição de renda baseado nas receitas de exportação do petróleo mesmo enquanto os preços internacionais das commodities se mantinham elevados.

A República Bolivariana da Venezuela criou uma dependência da sua maior fonte de receita – petróleo –, de forma tal que quase 100% (94,1%) de suas exportações giram em torno do ouro negro, o que permite Arêas (2008) a comentar se o petróleo é da Venezuela ou a Venezuela é do petróleo. Com a queda nos preços cada vez mais acentuada, essa dependência passou a ser ainda mais prejudicial à economia daquele país, jogando-o numa crise profunda, que se arrasta desde 2016, e para a qual não se vislumbra uma solução em curto prazo.

Como já dissertado neste artigo, a tensão entre concepções de política interna e internacional advém do grande dilema entre a manutenção da virtude doméstica e a defesa das ameaças externas, e que analisando a política externa sob a ótica realista neoclássica, se observa que ela é influenciada por fatores internos e externos (JOAQUIM, 2012).

Ao observarmos a ascensão e queda da política externa da Venezuela para a América Latina, podemos compreender, conforme Delgado et al. (2017) que, sob o comando de Hugo Chávez, o país teve um papel protagonista no que tange à integração político-econômica da América Latina nos primeiros 10 anos do século XXI. A “sua política externa assertiva inicia-se em 2004 e pode ser compreendida como um resultado da combinação de fatores domésticos e internacionais” (DELGADO et al., 2017, p. 11).

Ainda conforme Delgado et al. (2017), Chávez se consolidou no plano doméstico, passando a atuar mais intensamente no plano internacional, contando com um cenário favorecedor, isto do ponto de vista da economia e também da política internacional, uma vez que os altos preços internacionais do petróleo possibilitavam a promoção de uma ativa política externa no cenário regional latinoamericano.

Para estes autores, Chávez via no petróleo um instrumento gerador de alcance externo, mediante a dependência, o que foi um grande trunfo da sua política externa, projetando a sua influência no entorno caribenho e centro-americano. Entretanto, não atentou para a superoferta da commodity no mercado internacional, que remove tal poder de influência. O estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e a América do Sul se deu no início dos anos de 1970, a partir do Chile, se consolidando na Venezuela a partir de 1974.

Um dos interesses estratégicos da China era deixar de ser exportador de petróleo para se tornar um importador líquido, o que ocorreu a partir de 1993 (HERRERA, 2018). Desde então, para os países da América do Sul, especialmente a Venezuela, a China passou a ser o principal parceiro comercial, substituindo, inclusive, os EUA. As Tabelas 1 e 2 a seguir ilustram a evolução entre as relações de exportação, importação e a balança comercial entre a China e a América do Sul, no período entre 2002 a 2014, na qual se pode observar a evolução da participação venezuelana ao longo desse período.

Tabela 1 e 2- Relação das exportações e importações China-América do Sul (2002-2014)



América do Sul: exportadores para a China 2002-2014 (em bilhões de dólares)

Exportadores	2002	2005	2008	2011	2014	Participação em 2014 (%)	Crescimento médio (%)
América Latina e Caribe	6,506	19,135	40,360	87,698	97,542		27
Brasil	2,521	6,835	16,403	44,315	40,616	42	29
Chile	1,225	4,895	8,519	18,629	18,828	19	29
Venezuela	91	216	270	492	11,320	12	+100
Peru	598	1,861	3,735	6,961	7,025	7	26
Colômbia	28	237	443	1,989	5,755	6	66
Argentina	1,092	3,154	6,355	6,232	4,462	5	17
Uruguai	104	122	172	526	1,220	1	23
Equador	15	7	387	192	501	1	+100
Bolívia	8	20	129	337	434	0,3	47
Paraguai	8	67	96	30	48	0,05	36
Total América do Sul	5,690	17,414	36,509	79,703	90,209		

América do Sul: principais importadores da China 2002-2014 (em bilhões de dólares)

Importadores	2002	2005	2008	2011	2014	Participación en el 2014 (%)	Crecimiento promedio (%)
América Latina e Caribe	12,581	36,465	98,507	153,360	179,634		26
Brasil	1,554	5,355	20,040	32,788	37,341	21	32
Chile	1,101	3,227	8,277	12,650	15,104	8	25
Colômbia	533	1,617	4,549	8,176	11,790	7	30
Argentina	330	1,529	7,104	10,573	10,703	6	33
Peru	463	1,058	4,069	6,321	8,925	5	30
Venezuela	225	808	4,528	6,497	5,657	3	37
Equador	220	622	1,636	3,327	4,586	3	37
Paraguai	211	642	2,471	3,662	3,078	2	26
Uruguai	75	242	908	1,439	1,989	1	29
Bolívia	85	136	415	1,113	1,811	1	29
Total América do Sul	4,797	15,236	53,997	86,546	100,984		30,66

Fonte: Herrera (2018), baseado em dados do Ceap-Eafit (2016)

Os aportes financeiros concedidos pela China aos países sul-americanos datam dos anos de 2005, sendo a Venezuela o seu maior receptor de empréstimos, como ilustra a Figura 4 a seguir, no período de 2005 a 2011.

Tabela 3- Receptores de empréstimos do Banco Mundial, BID e Bancos chineses

[US\$ milhões]	Total	BM	BID	China
Venezuela	\$46.148	\$0	\$6.148	\$40.000
Brasil	\$42.068	\$15.200	\$14.747	\$12.121
Argentina	\$30.532	\$8.209	\$10.923	\$11.400
México	\$29.705	\$15.395	\$13.309	\$1.000
Colômbia	\$13.030	\$6.293	\$6.662	\$75
Equador	\$10.766	\$487	\$3.025	\$7.254
Peru	\$8.968	\$3.450	\$3.318	\$2.200
Guatemala	\$3.246	\$1.485	\$1.761	\$0
El Salvador	\$3.227	\$1.206	\$2.021	\$0
Panamá	\$3.205	\$757	\$2.448	\$0
Outros	\$25.044	\$5.373	\$14.290	\$5.381
Total	\$215.940	\$57.856	\$78.652	\$79.431

Fonte: Gallagher; Irwin; Kolesk (2013), baseados em dados do Banco Mundial

A Venezuela passou a receber cada vez mais influência da China, a partir da injeção financeira de capital, o que a tornou, ao longo dos anos, o maior credor venezuelano, e da América Latina como um todo. Entretanto, os investimentos financeiros do governo chinês não agradaram em nada aos Estados Unidos, que passaram a impor sanções, inviabilizando algumas das ações financeiras Venezuela-China (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2013).



Os maiores apoiadores financeiros da Venezuela são a Rússia e a China. Bilhões de dólares foram investidos por estes países, que correm o risco de não terem a sua dívida paga, em função das sanções impostas pelos Estados Unidos. Dentre as sanções, está a proibição de Donald Trump da compra de petróleo, por parte de empresas americanas, à PDVSA, cujo maior cliente é os EUA. Em adição a este fato, a Citgo, que é subsidiária da PDVSA, teve os seus bens bloqueados, ficando impedida de repassar os recursos financeiros à matriz.

A China e a Rússia criticaram os Estados Unidos, afirmando que as sanções unilaterais impostas por eles à estatal venezuelana, PDVSA, são ilegais e prejudiciais ao povo venezuelano e que, além disso, violam as normas internacionais (O GLOBO, 2019). De forma mais veemente, a China se posicionou, afirmando que o governo dos EUA é o responsável pela deterioração das condições de vida do povo venezuelano. Do ponto de vista histórico, as sanções econômicas são ferramentas utilizadas pelo governo americano, como forma de exercer pressão sobre os países considerados um problema para os americanos, a exemplo de Cuba, que sofre há anos com o embargo econômico (OLMO, 2018).

A Venezuela sofre com uma crise político-econômica, com graves reflexos em hiperinflação, desemprego, aumento da pobreza e da fome, além de uma fuga de milhões de refugiados para países vizinhos, como o Brasil. As sanções impostas pelo governo americano agravam ainda mais este quadro, fazendo com que o país viva um colapso econômico, parando de pagar alguns dos seus títulos, levando as agências de classificação de risco a falar em “calote seletivo”, como exposto em Olmo (2018), em matéria da BBC News.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a morte de Hugo Chávez e o início da escassez de recursos provenientes da venda do petróleo, se observa o declínio da estratégia venezuelana de projeção de poder e se tem início de uma grande crise institucional, com embates políticos, dificuldades econômicas, que vão eliminando as possibilidades de reestruturação do país, a partir de uma oposição desorganizada de Maduro, que passa a competir pelo poder interno, conduzindo campanhas internacionais difamatórias que, tanto para o governo, quanto para a oposição, acabam por expor o país a uma desconfiança internacional que culmina no isolamento diplomático venezuelano em sua região.

O governo chavista permitiu o crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda, que reduziram a pobreza e a desigualdade. Entretanto, além do colapso no preço do barril de petróleo, a incapacidade econômica do país em reduzir a dependência nacional desse mercado afetou o seu desempenho socioeconômico. O que se observa é um país com escassez de recursos, com um déficit fiscal em torno de 20% desde o final de 2015, inflação e queda das importações de produtos básicos, além da crise elétrica e do subinvestimento.

Além disso, é claro o pouco interesse dos EUA nos países latinoamericanos, o que abre um espaço geopolítico para a exploração de outros países. No caso da Venezuela, isto se dá com a China e a Rússia. Diante do exposto acerca da crise venezuelana e da influência da China e dos EUA no setor petrolífero, do ponto de vista econômico, observa-se a importância de o setor privado ser restabelecido, e, do mesmo



modo, financiada a diversificação da pauta exportadora, de modo a reduzir a vulnerabilidade econômica face à flutuação do preço do óleo, uma vez que este é um produto que representa 95% das receitas oriundas da exportação, enquanto que o setor de óleo e gás 25% do PIB venezuelano. Do ponto de vista político, é importante para a China a presença de um espaço geopolítico, enquanto o regime venezuelano, independentemente de qual seja, mantenha a estabilidade dos seus negócios e lhe garanta a hegemonia sobre a maior reserva de hidrocarbonetos do mundo.

REFERÊNCIAS

ANP. Boletim de recursos e reservas de petróleo e gás natural 2018. **Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural – circulação externa**, 31/03/2019. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/DADOS_ESTATISTICOS/Reservas/Boletim_Reservas_2018.pdf Acesso em 27 set. 2019.

ARÊAS, G. **O petróleo da Venezuela ou a Venezuela do petróleo: história da dependência político-econômica**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis: UFSC, 2008.

CORAZZA, F.; MESQUITA, L. Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história. **BBC News Brasil**, 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515> Acesso em 11 nov. 2019.

DALL'AGNOL, A. C. Debate (meta)teórico entre o realismo neoclássico e os realismos estruturais nas relações internacionais. **Revista Perspectivas**, v. 8, n.14, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/71231> Acessado em 27 set. 2019.

DELGADO, F. Precisamos falar sobre a Venezuela: impactos petropolíticos e reflexos para o Brasil. **FGV Sinergia – Caderno Opinião**, dezembro de 2017. São Paulo: FGV Sinergia, 2017.

GALLAGHER, K, P.; IRWIN, A.; KOLESKI, K. Os novos bancos em cena: financiamentos chineses na América Latina. **Diálogo Interamericano**. Informe, maio de 2013. Washington: Inter-american Dialogue, 2013.

GUIMARÃES, E. M. **Venezuela e petróleo: os caminhos e consequências da dependência econômica**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Três Rios: UFRRJ, 2015).

HERRERA, M. A. R. **A projeção política da República Popular da China: o caso da América do Sul, 2002-2015**. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio do Janeiro: UFRJ, 2018.



JOAQUIM, E. B. Entre duas realidades: os realismos e a relação entre as estruturas doméstica e internacional. **Relações Internacionais**, n. 36, Lisboa, dez., 2012 [pp. 073-086]. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400006 Acessado em 29 set. 2019.

JORNAL O GLOBO. Credores de Caracas, China e Rússia condenam sanções americanas a petróleo venezuelano. **O Globo com Agências Internacionais**, 29/01/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/credores-de-caracaschina-russia-condenam-sancoes-americanas-petroleo-venezuelano-23411529?versao=amp> Acesso em 20 nov. 2019.

LARABURU, P. Neoclássico para a compreensão do comportamento decisório de Obama na Crise Síria. **Revista Mundorama**, 12/02/2014. Disponível em: <https://mundorama.net/2014/02/12/a-contribuicao-do-realismo-neoclassico-para-acompreensao-do-comportamento-decisorio-de-obama-na-crise-siria-por-paulolaraburu/#Relacionado> Acessado em 27 set. 2019. 22

OLMO, G. D. Crise na Venezuela: por que sanções econômicas de Trump desagradam investidores de Wall Street. **BBC News Brasil**, 10/12/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/amp/internacional-46471968> Acesso em 20 nov. 2019.

PIMENTAL, F. S.; YOKOTA, L. S.; RIBEIRO, P. T. A crise econômica na Venezuela e a dependência do petróleo. **Revista Científica Semana Acadêmica**, ISSN 2236-6717, 29/11/2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/criseeconomica-na-venezuela-e-dependencia-do-petroleo> Acessado em 07 nov. 2019. PUENTE, J. M. A economia venezuelana: situação atual e perspectivas do Mercosul. Cadernos Adenauer VIII, n. 1, 2007.

REIS, Rafael Pons. **Relembrando os princípios realistas de Hans Morgenthau. Internacionalize-se (Blog)**, 12/05/2012. Disponível em: <https://internacionalizese.blogspot.com/2012/05/relembrando-os-principios-realistas-de.html>. Acesso em 20 de fev. de 2010.

ROSE, G. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 51, n. 1 (Oct. 1998), pp. 144-172. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25054068> Acessado em 28 set. 2019.

SCHWELLER, Randall L. The Progressiveness of Neoclassical Realism. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (Eds.) **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge: MIT Press, 2003. p. 311-347.

SCHUSTER, K. Petróleo é bênção e maldição para Venezuela. **DW Made for Minds**, 20/05/2018. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2bVbB> Acessado em 07 nov. 2019.